

UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE CODÓ – CCCO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / HISTÓRIA

JARDISUEL SILVA COSTA

O FUTEBOL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL

CODÓ-MA

2025

UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE CODÓ – CCCO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / HISTÓRIA

JARDISUEL SILVA COSTA

O FUTEBOL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do diploma de graduação.

Orientadora: Prof. A Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto.

CODÓ-MA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva Costa, Jardisuel.

O futebol como patrimônio cultural nacional / Jardisuel
Silva Costa. - 2025. 50 p.

Orientador(a): Prof.a Dra. Liliane Faria Côrrea Pinto.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas
História, Universidade Federal do Maranhão, Ufma - Codó,
2025.

1. Patrimônio. 2. Identidade. 3. Cultura. 4.
Futebol. I. Faria Côrrea Pinto, Prof.a Dra. Liliane. II.
Título.

JARDISUEL SILVA COSTA

O FUTEBOL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ História do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do diploma de graduação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liliane Faria Corrêa
Pinto

Aprovada ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora- Professora Doutora Liliane Faria Corrêa Pinto
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Professor Doutor
Universidade

Professor
Universidade

CODÓ-MA
2025

Dedicatória

À minha família, a quem tenho
como combustível para nunca desistir.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, direciono meus agradecimentos a Deus, sem Ele nada do que me propus a realizar teria sido concretizado. Agradeço aos meus pais pelos princípios e valores ensinados a mim, que de forma significativa influenciaram na construção do homem que sou. Obrigado pai e mãe pelo exemplo de honestidade, trabalho e determinação.

Aos meus amigos que tornaram essa longa jornada mais emocionante, com brigas e muitas risadas. Sem dúvida alguma, com vocês o fardo ficou mais leve. A minha orientadora Prof. Dr. Liliane Correa Pinto, por ter acolhido o meu trabalho, pelas orientações leves e descontraídas.

E a mim, por não ter sequer cogitado em desistir mesmo em dias sombrios. Pela minha determinação, persistência e esforço em prosseguir até o fim.

RESUMO

Este trabalho tem como principal intuito estudar o futebol como patrimônio cultural nacional, analisando suas contribuições na construção identitária do povo brasileiro. Deste modo, para que seja possível obtermos um entendimento mais amplo sobre a relevância do futebol para os brasileiros, é necessário seguirmos um roteiro, no qual iniciamos com uma abordagem relacionada a conceituação de patrimônio. Nesta oportunidade serão discutidas as definições de patrimônio cultural material e imaterial, a fim de certificar o futebol como patrimônio cultural. O segundo momento desta pesquisa irá discorrer sobre a história do futebol, abordando as transformações que o esporte passou desde a antiguidade até sua regulamentação na Inglaterra. Além disso, será explanada sua chegada ao Brasil e os processos que envolvem sua expansão e popularidade na sociedade brasileira, em especial a classe operária. E principalmente discutir o uso do futebol como ferramenta ideológica do governo federal para a construção da ideia de nacionalidade.

Palavras-chave: Patrimônio, Identidade, Cultura, Futebol.

ABSTRACT

The main aim of this work is to football as a national cultural heritage, analyzing its contributions to the construction of identity of Brazilian people. Therefore in order to obtain a broader understanding of the relevance of football for Brazilians, it is necessary to follow a script, in which we begin with an approach related to the conceptualization of heritage. The opportunity will discuss the definitions of material and intangible cultural heritage, in order to certify football as cultural heritage. The second part of this research will discuss the history of football, addressing the transformations that sport has undergone since antiquity until its regulation in England. Furthermore, its arrival in Brazil and the processes that involve its expansion and popularity in Brazilian society, especially the working class, will be explained. And mainly discuss the use of football as an ideological tool of the federal government to construct the idea of nationality.

Keywords: Heritage, Identity, Culture, Football

LISTA DE SIGLA

CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
FIFA	Federação Internacional Futebol
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
INRC	Inventário Nacional das Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
APEA	Associação Paulista de Esporte Atlético
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FBF	Federação Brasileira de Futebol

SUMÁRIO

	Introdução	12
1	Capítulo 1: O patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil	14
2	Capítulo 2: Uma história do futebol	21
3	Capítulo 3: O futebol na construção da identidade do brasileiro	36
4	Considerações Finais	44
5	Referências	45

INTRODUÇÃO

Para que seja possível obter uma compreensão mais ampla sobre a relevância cultural do futebol, faz-se necessário analisar as origens do esporte e todo o processo pelo qual passou até sua popularização. De acordo com Lima (2002) o esporte foi regulamentado e sistematizado na Inglaterra no século XX, quando foram atribuídas normas e regras universais que regulamentavam a sua prática. Entretanto, muito antes da popularização do futebol, de acordo com Duarte (1996), já existiam indícios de um esporte semelhante a este praticado pelos soldados chineses com duas estacas fincadas ao chão e uma bola de couro. Com o passar do tempo o futebol transformou-se num esporte popular, colecionando simpatizantes mundo afora.

Diante destas colocações, pretende-se analisar de forma cronológica a trajetória do futebol, a fim de compreender como ele ganhou tamanho apreço dos brasileiros, e como se configura como patrimônio nacional, sobretudo, suas contribuições na formação identitária da população brasileira. E, para isso, faz necessário apresentar os conceitos e legislação de patrimônio cultural.

O conteúdo desta monografia foi fundamentado predominantemente a partir de pesquisas bibliográficas de materiais já produzidos, como livros, teses e artigos científicos. Este modelo tem a grande vantagem de permitir a investigação de uma ampla gama de fenômenos de maneira mais efetiva que a pesquisa individualizada por cada fenômeno. (Gil, 2012, p.50) Por serem materiais consolidados, possuem boa confiabilidade. Serão utilizados também, outros recursos tais como jornais, cartas, diários, documentos oficiais entre outros.

A estrutura desta monografia divide-se em três capítulos, cada um deles sequenciados de maneira a se complementarem entre si. O primeiro discorre sobre “O patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil” estendendo-se sobre seus conceitos e legislações, a fim de obter uma compreensão do que pode ou não ser considerado patrimônio cultural.

O segundo capítulo ocupa-se em realizar uma contextualização histórica do futebol, discorrendo sobre questões referentes à sua origem e suas diversas formas de praticá-lo. Ainda nesta seção será abordada como se deu a regulamentação do esporte, suas

principais normas, expansão, chegada ao Brasil e sua recepção pelos brasileiros com o novo esporte.

O terceiro e último capítulo discute “O futebol na construção da identidade do brasileiro” com finalidade de apresentar o papel cultural do esporte, para além do lazer e diversão, evidenciando como o ele está inserido na sociedade e sua influência na construção identitária do povo brasileiro.

Por fim, este trabalho pretende instigar a reflexão do leitor sobre questões relacionadas aos patrimônios culturais imateriais, em especial, o futebol. E de que maneira o esporte se insere nesta categoria, com o intuito para compreender os aspectos ligados a construção do sentimento de nação.

Capítulo I

O patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil

São muitas as abordagens que envolvem os conceitos de patrimônio. Isto porque no decorrer dos anos o termo passou por um longo processo de extensão tipológica, cronológica e geográfica (Brito Henriques, 2003) até obter-se uma compreensão mais ampla do seu significado. Dessa forma, esse capítulo gira em torno das principais reflexões sobre o que seria patrimônio cultural em seu sentido propriamente dito.

A princípio, não se pode negar a tendência em correlacioná-lo com a expressão bem cultural, pensamento abordado pelo professor Flávio de Lemos Carsalade. Para ele, os bens culturais são aqueles que, por força de algum instrumento legal, se encontram protegidos.

Na verdade, qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais aqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais -, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais -, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido (Carsalade, 2016, p. 14).

Ferreira (1986), também apresenta sua concepção de “bem cultural” como: “um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (Ferreira, 1986, p. 247). Isto é, o “bem” em si, refere-se a algo material ou imaterial de valor, bem como: imóveis, edificações e manifestações culturais. Já o patrimônio cultural refere-se a bens culturais que possuem uma relação com a comunidade detentora.

Atrelado à ideia de bens culturais, apresenta-se patrimônio ligado à noção de monumento e monumento histórico, discutido por Alois Riegl. As duas palavras possuem etimologias distintas e na ocasião o historiador as define como intencionais e não intencionais. Para Riegl, o monumento é uma obra criada com a intenção de conservar e preservar a memória das lembranças de um tempo passado nas próximas gerações (1984, p. 35).

Entretanto, Riegl (1984, p. 43) menciona os monumentos históricos, aqueles não intencionais cujo não é sua destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos. Ou seja, enquanto o

monumento relaciona-se com a memória coletiva de um povo, o monumento histórico remete-se ao reconhecimento deste, por meio do seu valor histórico. Riegl afirma sobre o valor histórico

[...] tudo aquilo que foi, e não é mais hoje em dia. No momento atual, nós acrescentamos ainda a esse termo a ideia de que aquilo que foi não poderá jamais se reproduzir, e que tudo aquilo que foi constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento. (Ibidem, p.37).

A partir disso, surgem outras questões acerca de quais monumentos poderiam ser preservados ou não. Segundo Choay (2001), as relações entre tempo, memória e o saber são fatores determinantes na conservação dos monumentos e dos monumentos históricos. Isto é, existe uma diferença considerável quanto à conservação e preservação entre os tipos de monumentos, sendo levado em consideração aspecto de seu valor e representatividade para a sociedade.

O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. Seus significados variam também de acordo com os diferentes grupos econômicos, sociais e culturais, embora em muitos aspectos o contexto possa ser o mesmo, (Tomaz, 2010).

Diante destas argumentações, Choay (2001) diz que, ao passo que o termo patrimônio se dissocia da expressão monumentos históricos, se amplia sua categoria, abarcando o conjunto de manifestações culturais, tanto materiais, quanto naturais e intangíveis. Além disso, se ampliou para novos segmentos como, as crenças, o artesanato, a culinária, a música, a dança, o teatro, as festas, a paisagem, as tradições oral e escrita, as práticas sociais, as técnicas, e etc. Desta forma, para a autora as concepções de patrimônio passam a envolver outras categorias além daquelas ditas tradicionais, como artefatos, documentos ou construções antigas.

De acordo com Fonseca (1997), a política de preservação precisa ir além da proteção de bens, integrando os critérios e razões que justifiquem a proteção deste e dos agentes envolvidos, bem como a sociedade e o Estado:

[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa. (Fonseca, 1997).

Isto é, as normas que regem as políticas de preservação não devem tratar com exclusividade somente os bens patrimoniais em si, mas englobar tudo que é pertinente ao campo da preservação patrimonial.

Fonseca (1997), em sua abordagem acerca da noção de patrimônio cultural, diz que o histórico e o artístico assumem, neste caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação (Fonseca, 1997, p. 37). Pierre Nora, por sua vez associa a ideia de construção de nacionalidade ao conceito de “lugares de memória”.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralização passageira numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (Nora, 1993, p.12-13).

Sendo assim, os “lugares de memória” possuem a função de relembrar um passado histórico no presente, a fim de explicar a realidade. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram (Tomaz, 2010). Neste caso, os “lugares de memória” são tratados como memória coletiva de determinada sociedade, na qual desperta no indivíduo o sentimento de pertencimento a algum grupo social, mesmo que ele tenha sido construído antes de sua existência. “A memória coletiva dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte” (Hall, 2002, p. 52).

Agora, ao abordar a legislação de patrimônio no Brasil, constata-se que a através do artigo 148 da Constituição de 1934, a proteção dos “objetos de interesse histórico e o

patrimônio artístico no país” estava sob a jurisdição da União (Brasil, 1934 apud Pinto, 2022). Vale ressaltar que nesse caso não há alusão a ideia de patrimônio cultural, mas um cuidado exclusivo com a materialidade da história a ser preservada e com as obras artísticas brasileiras (Pinto, 2022, p. 206).

Fonseca (1997), comenta que aos bens que estavam fora do âmbito dos museus faltavam ações de proteção, que comprometia a conservação destes bens. Diante disso, os intelectuais ao perceberem a falta de mobilidade das elites nacionais e do Estado, denunciaram a negligência com as cidades históricas e destruição de bens que seriam um “tesouro” nacional, comprometendo a imagem do Brasil diante de outros países (Fonseca, 1997, p.81). Foi somente na Constituição de 1934, artigo 10, que o poder público foi determinado como agente responsável pela preservação dos monumentos históricos e artísticos nacionais.

Art.10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte. (Brasil, 1934).

A criação do SPHAN em 1936, se deu através da elaboração do anteprojeto de Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema, que objetivava garantir proteção ao patrimônio cultural brasileiro. (Fuenzalida, 2018). Vale ressaltar, que embora o instituto tenha sido instaurado em 1936, foi somente no dia 30 de novembro de 1937 que se efetuou sua consolidação, por meio do Decreto-Lei nº 25 do então presidente Getúlio Vargas. (Tomaz, 2010).

Dessa forma, definiu-se Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Brasil, 1937).

Entretanto, deve-se levar em consideração que durante um certo período os arquitetos tomavam a frente nas discussões acerca do campo patrimonial no Brasil, e, de certo modo tinha-se a tendência em conceber o patrimônio a partir da concepção destes profissionais, que possuíam um olhar voltado apenas para o patrimônio edificado (Araripe, 2004). Isto é, ainda não existia a noção integradora de patrimônio material e imaterial, mas exclusiva aos artefatos e construções históricas.

Foi a partir destes questionamentos que Márcia Chuva em sua obra, “Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil” (2012) discute a possibilidade de conceber novos métodos de pensar a preservação do patrimônio cultural no Brasil, uma vez que as políticas de preservação funcionam a partir da divisão entre material e imaterial. A partir disso, a autora apresenta as contribuições de Mário de Andrade acerca da cultura e das políticas para sua preservação, as quais envolviam tanto o patrimônio histórico quanto o artístico. O anteprojeto de Mário de Andrade tinha o intuito de englobar as mais diversas formas de manifestações culturais da sociedade brasileira, como “arte arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional e estrangeira, artes aplicadas nacionais e estrangeiras” (Andrade, 1980). E, serviu como parâmetro para a compreensão da cultura brasileira, tanto para a categoria material no qual envolve os bens arquitetônicos como objetos de arte e construções urbanas, quanto ao patrimônio imaterial, bem como celebrações, ritos ou manifestações culturais (Chuva, 2012).

Para Andrade (1981), a cultura brasileira deveria ser apreendida como uma totalidade coesa, ainda que constituída pela mais ampla diversidade de práticas possíveis. Para isso, é necessário que o Estado enquanto instituição legal, crie projetos que integrem na prática as modalidades de bens patrimoniais. Entretanto, o entendimento dos intelectuais integrados à rede Capanema e as concepções de Mário de Andrade acerca do patrimônio cultural eram distintas entre si (Chuva, 2012). O que resultou na revogação do anteprojeto de Mário de Andrade através da Lei nº 511 de 1936, tornando a noção de patrimônio limitada às formas monumentais de “pedra e cal” e estabeleceu o tombamento como instrumento de proteção (Fuenzalida, 2018). No que se refere ao Tombamento dos bens, o Art. 4º da lei nº 25 de novembro de 1937, decreta que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (BRASIL, 1937).

À vista disso, Fuenzalida (2018), sublinha que as políticas de preservação patrimonial no Brasil possuíam uma perspectiva voltada ao valor estético, mesmo após a criação do SPHAN. Para complementar, Fonseca (1997) relata que o órgão não teve a preocupação em elaborar critérios para avaliar o valor histórico da mesma forma como avaliaram o valor artísticos dos bens. Diz ainda, que isto é resultado da falta de especialistas no assunto, já que no Sphan tinha poucos historiadores, deixando essas questões a cargo de Carlos Drumond de Andrade (Fonseca, 1997, p. 114).

Essa visão limitada do conceito de patrimônio passa a ser redefinida somente a partir do artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Abrindo a possibilidade para tombamentos de bens imateriais.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988)

A partir daí, o Instituto adota novas políticas de preservação que possam compreender o patrimônio cultural além da materialidade, numa interpretação mais abrangente. Dessa forma, os bens materiais passíveis de preservação envolvem os patrimônios arqueológico, paisagístico, etnográfico e histórico. Já os bens imateriais referem-se às práticas, representações, conhecimentos e técnicas de grupos sociais. (Teixeira da Silva, 2020, p.89). É o que Funari e Pelegrini inteira:

[...] as disposições contidas no artigo 215 reiteram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos seus respectivos interesses [...] (Funari e Pelegrini, 2006. p, 51).

É a partir desta discussão que o futebol passa a ser analisado como um dos elementos pertencentes a categoria de patrimônio imaterial. Haja vista que dentro de sua

prática existem bens materiais que podem ser tombados como estádios, centros de treinamentos, sedes dos clubes, uniformes e todo o seu acervo histórico. Agora, no que diz respeito ao patrimônio imaterial podem ser considerados os processos de preparação das equipes, as maneiras de torcer, os hinos dos clubes e as formas de praticar o esporte (Melo; Peres e Fonseca, 2017). Mascarenhas (2014), inclui dizendo que o futebol compreende espaços, objetos e práticas, que o caracteriza como elemento do passado, renovado e ressignificado constante de acordo com os sentidos, valores e expectativas da sociedade.

Capítulo II

Uma história do futebol

O futebol é o principal objeto de estudo deste capítulo, levando em consideração o status de esporte mais popular do mundo (Nicolau, 2011). Ao analisarmos os dados da FIFA (Federação Internacional de Futebol) o número de jogadores de futebol pelo mundo ultrapassa de duzentos milhões (FIFA, 2024). Já no Brasil, segundo a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), há vinte e sete federações afiliadas, com o registro de quatrocentos e três clubes (CBF, 2024). O futebol ultrapassou as barreiras da diversão e lazer, sendo responsável por movimentar bilhões na economia mundial, através das vendas de ingressos, patrocínios, compra e vendas de jogadores, entre outros produtos relacionados aos clubes (Dantas & Boente, 2012).

Entretanto, o foco deste capítulo é realizar uma investigação nas origens do futebol, em ordem cronológica, desde o seu surgimento até a sua popularização, sua regulamentação e profissionalização. A fim de compreender como um esporte popular conquistou tamanho apreço no cenário mundial.

A princípio, segundo os relatos de Godoi e Cardoso (1989), o futebol passou por uma série de evoluções no decorrer dos séculos, tanto na maneira de praticá-lo como em seus variados formatos até a sua regulamentação na Inglaterra. Sendo assim, neste capítulo procuramos investigar a gênese do futebol a fim de compreender os atributos que lhe fazem ser tão apreciado por milhões de adeptos pelo mundo.

Araújo (2006), relata que por volta de 3000 a.C., os soldados chineses praticavam um jogo com características semelhantes ao futebol. Ao final das batalhas, os soldados se reuniam para chutar as cabeças dos inimigos derrotados, como ato de comemoração pela vitória. Este jogo refere-se ao Tsu-Chu, ato de golpear a bola com os pés, desenvolvido durante a dinastia Hsia, como treinamento militar. O objetivo do jogo consistia em lançar a bola com o auxílio dos pés entre duas estacas de bambu enfiadas ao chão, sem que a mesma tocasse ao solo. As regras do jogo permitiam a participação de oito jogadores em cada equipe, numa área de 14 metros, a bola possuía 22 centímetros de diâmetro, feita de couro, recheada de cabelo ou crina. (Encyclopaedia Britannica, 1987).

Por sua vez, Voser (2010), apresenta um jogo praticado no Japão, por volta de 2600 a.C., semelhante ao Tsu-Chu da China, denominado de Kemari e possuía também o objetivo de treinar o exército. Porém, com o passar dos anos o jogo foi recebendo o

formato de lazer pela nobreza da Corte Imperial, perdendo seu aspecto competitivo. Apesar disso, suas regras eram bastante rigorosas, podendo desclassificar o jogador que simplesmente tocasse nos cabelos dos seus adversários, exigindo dos jogadores maior habilidade (Voser, 2010, p. 18). O jogo era praticado por duas equipes de 8 jogadores, com uma bola de fibras de bambu, numa área de aproximadamente de 200 m² (Paula et al, 2015). Os jogadores tinham a tarefa passar a bola entre si, sem que a mesma caísse ao chão num campo delimitado por quatro arvores (Moura, 1997).

Já na Grécia Antiga, segundo os relatos de Unzelte (2002), os gregos também disputavam um jogo com os pés e uma bola de bexiga de boi, cheia de ar e areia com quinze jogadores de cada lado, por volta de 776 a.C., chamado de epyskiros. No entanto, Voser (2010) diz que as regras deste jogo são desconhecidas, assim como o número de jogadores. Mas, segundo o escritor grego do século II d.C., Julius Pollux, a bola deveria cruzar a linha de meta pra que a pontuação fosse garantida. O que se sabe é que a bola poderia ser chutada ou levada com as mãos, sendo um pouco parecido com o futebol americano (Poli; Carmona, 2009).

Séculos depois, os romanos criaram um jogo semelhante ao epyskiros, chamado de harpastum (Dias, 1980; Borsari, 1989). Essa aculturação entre os dois jogos acontece quando os romanos conquistam a Grécia Antiga, passando a praticar o epyskiros, mas, de um modo mais violento (Paula; Freitas; Borges, 2015). Voser (2010), detalha a maneira como os romanos praticavam o harpastum. Duas equipes disputavam uma bola de bexiga de boi revestida de couro, chamada de “follis”, num campo retangular delimitado por duas linhas laterais, uma linha transversal dividindo o meio-campo e duas linhas de metas transversais. O intuito do jogo era levar a bola até a linha de meta do adversário para pontuar. O autor não detalha se os pés eram utilizados nos passes dentro de campo, mas menciona a formação dos jogadores em linha. Os jogadores mais lentos “lóctus Stadium” ficavam responsáveis pela defesa, os jogadores de meio-campo eram chamados de “medicurrens” tinham funções neutras no jogo e circulavam nos dois lados do campo, e os jogadores da “área pilae pratervolantis et superiectae” eram os mais velozes e ofensivos (Voser, 2015, p. 19).

Voser (2010), ainda menciona em sua obra que o cálcio, jogo praticado em Florença em 1530, tenha se originado do harpastum romano. Segundo seus relatos, este jogo teve início quando duas facções rivais resolveram fazer um acerto de contas num jogo de bola. A disputa foi realizada na Piazza Santa Croce, entre o aristocrático Seglio Antinori e

Cantiglione. Os jogadores deveriam colocar a bola numa espécie de barraca construída na linha de meta de cada campo (Voser; 2010, p. 20).

Franco Júnior, também faz menção ao cálculo fiorentino do século XVI, e detalha como este era praticado.

Era um jogo urbano e realizado no principal espaço público da cidade de Florença (Piazza Santa Croce); tinha número fixo de jogadores (27 por equipe); estipulava o uso de uniformes para distingui-los (um grupo verde, outro branco); possuía desde 1580 uma codificação das regras, realizada por Giovanni di Bardi; criava a figura de árbitros (em número de dez) para controlar o jogo; estabelecia rígida distribuição espacial dos jogadores (três primeiros defensores anteriores, quatro outros defensores a frente, cinco intermediários, quinze atacantes). As partidas de cálculo, jogadas no período de Carnaval, duravam uma hora cada e ocorriam em espaço retangular de cem por 48 metros, com bola mais ou menos nas dimensões modernas (Franco Júnior, 2007, p. 16 - 17).

De acordo com Voser (2010), o cálculo acontece anualmente no dia 24 de junho, em comemoração ao tradicional Dia de São João, padroeiro da cidade de Florença, porém com o número de equipes diferente daquele praticado há tempos atrás. Agora são quatro equipes, representando os tradicionais bairros da cidade, identificadas com cores diferentes: Santo Spirito, de branco, Santo Croce, de azul, San Giovanni, de verde e Santa Maria Novella, de vermelho. A disputa acontece no mesmo lugar tradicional, em Piazza Santa Croce, assim como a quantidade jogadores é a mesma. O torneio inicia-se dia 24 de junho e se encerra no dia 30 do mesmo mês. A partida tem duração de 50 minutos, controlados por um juiz, seis bandeirinhas auxiliares, um juiz comissário e um mestre (autoridade máxima do jogo). Por se tratar de uma tradição, é permitido uso das mãos e dos pés, chutes e passes ofensivos, a fim de recriar o jogo a mais semelhante possível ao seu formato original (Voser, 2010, p. 20-21).

Segundo os relatos de Proni (2000), no século XII, era praticado nas cidades inglesas um jogo com uma bola de couro que representava a cabeça de um comandante do exército invasor para comemorar a derrota dos dinamarqueses. Com o passar dos tempos a popularidade do jogo foi crescendo, se tornando mais frequente entre os ingleses. Resultando em sua proibição por parte do Rei Eduardo II no ano de 1314, por gerar desordem nas cidades devido ao alto nível de violência do jogo. O autor fala que a prática do jogo foi liberada somente em 1681, após restauração da monarquia num formato menos violento. Segundo seus relatos, houve uma disputa entre os servos do Rei

Carlos II e do Conde D' Albemarle no século XII, consagrando o time do Conde vitoriosos (Proni, 2000, p. 21).

Diante destas colocações, percebe-se que os jogos citados anteriormente, cada um com suas características próprias, contribuíram de forma significativa para a construção do futebol moderno. Isto evidencia que o futebol passou por um longo processo de transformações e adaptações na forma de praticá-lo até os dias hoje.

Agora, ao analisar o futebol inserido na sociedade inglesa, Carvalho (2013), menciona que sua prática não teve uma boa aceitação por parte da monarquia, que via o jogo como um esporte brutal, sem técnicas e sem sentido esportivo. Contudo, Santos (2015) declara que o interesse das pessoas pelo jogo só crescia e com o tempo o esporte passou a estar presente nas escolas e universidades inglesas, quando em 1710, as escolas de Covent Garden, Strand e Fleet Street adotaram o futebol como atividade física, aumentando o número de praticantes (Santos, 2015, p. 16-17).

Inclusive, é neste cenário que surge um dos maiores dilemas entre o rugby e o futebol, relacionado ao uso das mãos durante as partidas. Em lados opostos, a Universidade de Cambridge limitava os jogadores somente ao uso dos pés, enquanto a Rugby School permitia o uso das mãos. A partir daí, surgiram conflitos intensos entre os adeptos do esporte, tanto é que os apreciadores do rugby ergueram uma placa de bronze em 1823 para homenagear William Webb Ellis, que durante uma partida pegou a bola em seus braços e percorreu o campo, consagrando assim o traço mais característico do rugby. A separação entre os dois esportes foi determinada em 23 outubro de 1863 com a criação da "Football Association", que tinha como objetivo a implementação de regras no futebol, inclusive a proibição do uso das mãos (Voser et al, 2010, p. 21).

Este processo de expansão foi ainda mais intensificado com a ascensão da Revolução Industrial, onde a prática do futebol migrou dos camponeses para os operários dos centros urbanos, atraindo os olhares da classe burguesa que o combatia frequentemente. Já que era comum algum trabalhador se machucar durante a partida, diminuindo assim a sua produtividade no trabalho (Hobsbawm, 1987). Do mesmo lado, o clero reprimia o esporte justificando que os fiéis deixavam de ir às missas para jogar futebol (Oliveira, 2012). Diante do crescimento do esporte por todo o país e a resistência dos praticantes em não parar de praticá-lo, a melhor estratégia seria a regulamentação do esporte, a fim de torná-lo mais organizado sob a supervisão do Estado (Santos, 2015). É

nesta perspectiva que o futebol assume um papel de doutrinação e formação dos valores da burguesia (Oliveira, 2012, p. 171). Nesse sentido, Maximo (1999, p. 80) complementa:

Na Inglaterra, o esporte era difundido como parte de uma política pública, que seguia a corrente darwinista. A atividade física que o futebol propiciava servia como uma ferramenta a saúde física e na transferência de valores morais na formação dos homens da elite inglesa. Nesse mesmo período da revolução industrial, o operariado passa a ter grande relevância como classe social e o futebol era uma forma de recreação que reduzia as preocupações dos industriais com possíveis greves dos trabalhadores. Como as escolas oficiais inglesas começavam a ser frequentadas por meninos de uma classe média em ascensão, os nobres de verdade se misturando com os que tinham dinheiro para comprar nobreza, o pedagogo previu que ideias novas, reformistas, revolucionárias mesmo, poderiam contaminar os futuros homens do Império britânico. Com o futebol, os meninos não perderiam tempo conversando nos recreios, trocando ideias; os nobres poderiam ser influenciados pelos plebeus, cabeças se fazendo, segundo Arnold, na direção errada. Além disso, o que haveria de mais eficaz e menos perigoso para canalizar as energias dos jovens, 11 de um lado, 11 de outro, correndo atrás de uma bola, brigando por ela durante a hora do recreio.

As normas da associação foram estabelecidas na Inglaterra por 11 representantes de clubes, incluindo das escolas e universidades onde o esporte era praticado. Apesar do passar dos tempos, algumas destas regras sofreram poucas alterações. De modo geral, foi no ano 1863 que foram consolidadas as bases normativas para o funcionamento do futebol (Morais e Barreto, 2008). Dentre as normas que passaram a reger o futebol, uma delas é tida por alguns autores como a mais importante de todas, referente a lei do impedimento. Caracterizada por Márcio Ramalho (2002), como a de mais difícil aplicação, a que mais treinamento exige daqueles que atuam como árbitro e principalmente assistente. Mas, ao mesmo tempo é a regra que mais profundamente traduz a essência do jogo de futebol. Esta regra exige a necessidade da presença de três jogadores entre a linha de fundo e o adversário que está com a posse da bola. Caso o contrário, se o adversário efetuasse o gol, este seria inválido (Franco Júnior, 2007).

A partir disso abre-se um parêntese para discutir qual das regras seria a de maior relevância, a não permissão de tocar na bola com as mãos durante as partidas ou a lei do impedimento. Sobre isso, Luiz Henrique Toledo (2002), destaca que a regra do impedimento é responsável por alterar “a dinâmica do futebol” na medida em que “incide basicamente na relação estabelecida entre ataque e defesa e requer a observação dos árbitros, principal e de linha, dos posicionamentos mais as participações dos jogadores em determinadas circunstâncias do jogo”. Por esta razão a lei do impedimento possui

tanta relevância numa partida de futebol. Entretanto, de acordo com Moraes e Barreto (2008), a regra do impedimento em comparação com a proibição do toque a bola com as mãos em campo, não pode ser visto como uma lei imutável. No entanto, dificilmente a interdição do uso das mãos pelos jogadores de linha será revogado

Segundo Franco Júnior (2007), foi a partir desta lei do impedimento que fora introduzida a presença do árbitro nas partidas de futebol, antes disso, a figura do árbitro servia apenas para consultas fora do campo pelos times em casos de dúvidas e conflitos nas disputas. De acordo com Máximo (1969), até 1878 os árbitros usavam a própria voz para sinalizar alguma falha, tendo em vista que ainda não existiam os apitos, e somente em 1896 o árbitro ganha papel de autoridade máxima durante as partidas de futebol.

Diante disto, sendo o futebol oficialmente regulamentado como esporte, direcionamos nosso olhar para o processo de sua expansão por todo o país e o mundo. Para termos uma noção mais ampla sobre este processo, é necessário entender o período que o continente europeu estava inserido, no qual, a Revolução Industrial já apresentava manifestações de sua eclosão por toda Europa. É neste cenário que ocorrem transformações na estrutura do continente, principalmente mudanças do feudalismo para o modo de produção fabril, dando início ao surgimento de fabricas industriais (Santos, 2015). O mesmo autor fala que a ascensão da Revolução Industrial acompanhada pelo êxodo rural intensificou a difusão do futebol nos centros urbanos, que recebiam trabalhadores vindos de diversas regiões. Giulianotti diz que, a adoção do futebol por esses operários deve-se ao fato da saída destes de suas aldeias para a cidade e, conseqüentemente o abandono de seus antigos esportes. Agora, com um grande número de operários na zona urbana, fazia-se necessário um novo método de distração, neste caso, a prática do futebol além de lazer, tornou-se símbolo de uma nova sociedade urbana e industrial (Ferreira, 2005).

Vale ressaltar que Inglaterra possuía uma posição de destaque entre os demais países devido ao seu pioneirismo tanto no desenvolvimento do futebol moderno, como o capitalismo, além de possuir uma forte rota comercial com outros países. Devido a essas condições a expansão do futebol se deu de maneira mais efetiva (Santos, 2015). Outro fator é discutido por Franzini (2009), quando comenta que o objetivo dos ingleses era conquistar ainda mais influência no cenário mundial através de outros meios, além das relações comerciais e neste aspecto o futebol seria a sua melhor estratégia.

Apenas trazer o progresso através da instalação de bancos, ferrovias, aparato militar não era suficiente para garantir sua influência, mas sim, trazer junto seu modo de vida, pois: "... a beleza da época estava exatamente na europeização e, com seu duplo, no crescente aburguesamento do mundo que então se vivia" (Franzini, 2009, p. 111).

No entanto, para Murphy (1994), a expansão do futebol mundo a fora, não se deve exclusivamente a estas estruturas, para ele o futebol possui um grande poder de atração que independe do nível de desenvolvimento e das características sócio-políticas dos países que este se insere. É nesta perspectiva que redirecionamos nosso foco ao papel da classe operária na popularização do futebol por toda a Europa. Sobre isso, Stédile (2013, p. 16) comenta:

Inicialmente, um esporte de elite, praticado em colégios tradicionais, em partidas cheias de solenidades, disputadas por cavalheiros. Em sentido oposto, vindos do campo, formando e engrossando os bairros e cidades industriais, os operários foram responsáveis por retirarem a prática do esporte dessa exclusividade elitista, para popularizá-lo, difundi-lo e incorporá-lo como parte de uma cultura proletária, ocupando o tempo livre do operariado, como prática ou como tema das discussões de mesas de bar.

É de fundamental importância destacar que embora os operários, a princípio vissem o futebol como diversão e lazer, os donos das indústrias viam a prática do esporte como mercadoria. Isto é, os proprietários dos grandes centros industriais usavam a popularidade do futebol para divulgar seus negócios. Isso também influenciou no processo de profissionalização do esporte na Inglaterra em 1885, é o que Ferreira (2005, s/p), comenta:

Muitos dos times de fábrica, que se desenvolveram naquela época, passaram por um processo de profissionalização, ainda que, em muitos casos, disfarçado. Logo surgiram equipes como o Blackburn Olympic, onde os operários eram contratados muito mais em função da habilidade demonstrada com a bola nos pés do que pela sua eficiência no trabalho nas minas de carvão. A partir daí, surgiu a figura do "operário-jogador".

A presença do futebol no meio da classe operária era tão forte, que estes deram origem a times de destaques como o Arsenal, criado em 1886 por trabalhadores da fábrica de armamentos em Londres, e Manchester United, formado por ferroviários em 1878 na própria Inglaterra. A performance desses times atraía os olhares de seus patrões que financiavam seus treinamentos. Santos menciona ainda, que a vitória do time Blackburn,

composto por operários em 1883 na Copa da Inglaterra, despertou o interesse da população que pagava para assistir aos jogos (Santos, 2015, p.21). Para Stédile (2013), essa vitória simbolizava a ascensão dos times da classe operária e o enfraquecimento da prática amadora por parte da elite.

A partir disso, o futebol começa a dar os primeiros passos em direção a sua profissionalização, quando alguns times como o próprio Blackburn, cria formas de remuneração para que os jogadores pudessem ter mais dedicação aos treinamentos (Proni, 2000, p. 27-28). De acordo com Janet Lever, as classes privilegiadas consideravam que o pagamento era uma afronta as tradições do esporte amador; mas os jogadores das classes trabalhadoras necessitavam do dinheiro. Diante disto, a Football Association propôs um acordo em 1885, que autorizava a profissionalização de jogadores, mas sob a administração de dirigentes amadores, proibidos de receberem qualquer tipo de remuneração por seus serviços. Inclusive, os amadores que dirigiam a associação pertenciam a elite inglesa. (Lever, p. 61-62).

A chegada do futebol no Brasil é repleta de discursões acerca do período em que o esporte tenha começado a ser praticado em terras brasileiras. Segundo Santos (2015), o futebol já era praticado pelos Tupiniquins antes mesmo da volta de Charles Miller da Inglaterra em 1894. O mesmo autor relata que marinheiros ingleses também praticavam o futebol nos portos brasileiros, principalmente imigrantes vindos da Europa, que trazia consigo seus costumes e hábitos. Dessa forma, o esporte passa a ser espalhado pelo Brasil até chegar ao gosto dos funcionários da ferrovia São Paulo Railway (Santos, 2015, p. 26).

Aquino (2002), ressalta que há citações que afirmam a presença do futebol no Brasil já no ano de 1746, na qual a Câmara Municipal de São Paulo proibia sua pratica, alegando que o jogo fomentava os grupos de vadios e desordeiros. Há ainda, autores que mencionam que o futebol tenha sido trazido para o Brasil por outro inglês Chamado Hugh, no ano de 1882, mais precisamente na cidade de Jundiaí, local onde brasileiros e ingleses se encontravam para realizarem suas disputas (Correa Junior, 2008).

Há questionamentos a respeito da contribuição de Miller para o futebol brasileiro. De acordo com Silva (2011), Miller tenha sido escolhido para tal representação por ser filho das elites brasileiras na época, que tinham o desejo de participarem diretamente na organização dos campeonatos (Silva, 2011, p. 31). No entanto, apesar destas colocações, será analisada a pessoa de Charles Miller como pioneiro do esporte no Brasil. Haja vista que esta é a versão tida como oficial e documentada (Poli e Carmona, 2009). Charles

Miller era um brasileiro descendente de escocês que foi para a Inglaterra a fim de estudar, com a conclusão de seus estudos retornou ao Brasil no ano de 1884, com uma bola e um livro de regras do futebol (Storti e Fontenelle, 1997).

Em relação a prática do futebol no Brasil, Stédile faz uma análise numa perspectiva racial por parte da elite brasileira. Em seus relatos o autor menciona que a prática esportiva era associada pela elite ao trabalho escravo, devido ao esforço físico que o esporte exigia dos seus praticantes, algo característico dos pobres e escravos no período escravocrata (Stédile, 2013, p. 19). Isso muda a partir do interesse da classe elitista em replicar os costumes europeus que defendiam a prática de exercícios físicos. Agora, o futebol era visto como estratégia para o desenvolvimento da elite brasileira, na construção de um indivíduo forte, com equilíbrio físico e mental. E, também como traço de distinção da elite com as camadas mais pobres (Santos, 2015, p. 29). Franco complementa dizendo que a elite possuía colégios e clubes restritos para a formação, lazer e sociabilidade, nos quais se representava a pretensa superioridade da elite, que procurava fortalecer, num movimento endógeno, por meio da difusão de vínculos de solidariedade e do consequente afastamento dos demais setores sociais (Franco Junior, 2007, p. 62- 63). Stédile se arrisca a correlacionar a maneira que o futebol era visto pela elite com a política daquele período. Para eles, somente uma elite forte e autoritária teria condições para a prática esportiva e condução do país. Enquanto as massas populares eram incapazes de praticar esportes, assim como a vida política. (Stédile, 2013, p.19). Proni afirma dizendo que predominava a ideia de que a prática esportiva era destinada à um público civilizado. Entretanto, apesar disto, a prática do futebol não ficou restrita aos clubes ingleses (Proni, 2000, p.102).

O futebol vinha se distanciando da posse da classe elitista brasileira e se tornando cada vez mais presente no cotidiano dos operários e trabalhadores das classes populares. Em contraste com o futebol de clubes elitizados, surge o chamado “futebol da várzea”, equipes formadas em fabricas do subúrbio e em bairros proletários. Entre eles o time do Bangu do Rio de Janeiro em 1904, e o Corinthians Paulista em 1910 (Proni, 2000, p.103). Diante disto, Fátima Antunes se dedica a analisar os fatores que viabilizaram a difusão do futebol no ambiente fabril:

Sua difusão em meio operário levou empresários a incentivarem a organização de clubes no interior das fabricas não apenas com forma de diversão e lazer: essas agremiações, ao participarem de campeonatos oficiais, divulgavam o nome da empresa e de seus produtos. A decorrente valorização do capital esportivo dos operários deu origem a um processo de mobilidade social no

próprio local de trabalho, do qual apenas uma pequena parcela de trabalhadores pode ser beneficiada com ganhos reais (Antunes, 1994, p. 109).

Por fim, Proni diz que o futebol encontrou grande receptividade nos dois principais polos econômicos (e culturais) do país, onde a presença de empresas inglesas, a instalação de fábricas de pequeno porte, a formação de um operariado e o intenso fluxo de imigrantes propiciavam condições adequadas à contagiante atração exercida pelo novo esporte (Proni, 2000, p. 105).

No tocante à expansão do futebol pelo Brasil, faz-se necessário entender que este processo se deu concomitante a alguns fatos importantes da época, que não podem ser ignorados, já que se busca entender o seu processo de expansão. Oliveira (2012), correlaciona a abolição da escravidão com a expansão do futebol. Para ele, as ondas migratórias de negros recém libertos para a zona urbana, aumentou copiosamente a população do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1920, aumentando a concentração de pessoas em cortiços insalubres, fazendo do Rio de Janeiro a região com maior índice de tuberculose mundial. É neste cenário que Rodrigues Alvez, presidente da República (1902-1906), propõe medidas de modernização urbana, com aberturas de amplos espaços públicos em lugares com ruas estreitas, vielas e cortiços infestados de doenças (Aquino, 2002). Esses espaços públicos foram utilizados pelos times da classe operária, negra e pobre como local de encontro para praticar o futebol de forma improvisada sem equipamentos esportivos adequados, enquanto a elite branca jogava em seus clubes exclusivos (Oliveira, 2012, p. 173).

Para completar, Stédile (2013, p. 19-20), diz:

[...] Enquanto os praticantes da elite importavam as bolas da Inglaterra, na rua, um par de meias poderia se tornar uma bola e dois sapatos se transformavam em goleira. Justamente esta facilidade em improvisar a bola ou o campo, permitia que o esporte passasse a ser praticado tanto nos clubes, quanto nas várzeas, ruas e terrenos de fábricas.

Stédile (2013) menciona que o futebol moderno nasce simultâneo à urbanização veloz das cidades, a expansão fabril e, portanto, ao surgimento dos próprios operários. É justamente entre os operários das fábricas que o futebol começou a ganhar formato e se estruturar, a princípio, como forma de lazer (Kupper, 2023, p. 5). A partir da popularização do futebol que negros e mestiços recém libertos puderam inserir-se em alguma atividade que lhes garantiria algum retorno financeiro. No entanto, surge outra questão abordada pelo mesmo autor, o aproveitamento do futebol pela classe elitista para

manipular a população diante das desigualdades sociais (Santos, 2012, p.35). Na análise de Decca (1987), o incentivo ao futebol dentro das fábricas é visto como uma das variadas formas que a elite industrial e o poder público utilizavam para inserir-se no cotidiano dos trabalhadores. Dessa forma, a prática do futebol passa a ser vista como um elemento disciplinador da classe operária. Kupper (2023) menciona que os donos das indústrias se valiam dos patrocínios aos times de futebol operário, para controlar a vida dos trabalhadores, a fim de evitar futuros movimentos reivindicatórios. (2023, p. 12).

Posto isso, Santos (2015), em sua tese analisa o futebol no Brasil num embate de classes sociais, afirmando que a sua popularização não tenha sido de maneira abrangente, devido as diferenças sociais e resquícios da abolição da escravatura. Prova disto, foi a fundação de duas ligas com intuito de separar jogadores pobres e mestiços dos jogadores brancos e ricos. Enquanto a liga Metropolitana de Futebol era restrita a clubes da elite, como o fluminense, a liga Suburbana de Futebol era composta por clubes da periferia e fabricas, como o Bangu (2015, p. 34-35). Mario Filho (2003), comenta que os clubes da elite jogavam com negros e operários para impor a supremacia do poder econômico e da cor. A repressão a essa classe de jogadores era tão explícita que Murad, comenta que os negros eram duramente penalizados, ao ponto de serem agredidos pelos seus adversários e policiais, caso cometessem alguma infração, desde derrubar ou simplesmente esbarrar em adversários brancos. Já a punição para infração a jogadores da elite era mais branda, punidos apenas com sua expulsão da partida. É a partir daí, de acordo com Murad que surge o gingado do negro no futebol, que para evitar contato físico com seus adversários, tornaram-se mais ágeis e habilidosos (Murad, 1994 p. 188). Esse é um dos fatores que contribuiu para a introdução de jogadores negros nos times de elite. De acordo com Santos (2015), a participação de negros nestes clubes era permitida em razão do seu talento em campo, e devido ao alto nível competitividade nas partidas (2015, p 36).

Todavia, a presença de jogadores das classes baixas, principalmente os negros era vista com rejeição por diversos grupos da sociedade. Um dos episódios mais emblemáticos aconteceu quando a imprensa fez duras críticas a seleção brasileira por ter em sua composição jogadores negros e mulatos, para o campeonato Sul-Americano de 1919 no Uruguai (Santos, 2015, p. 38). A exclusão desses grupos sociais era tão acentuada que até o presidente Epitácio Pessoa era contra a convocação de jogadores negros e mestiços para participarem dos campeonatos (Aquino, 2012). Apesar disso, o Brasil garantiu a conquista do seu primeiro título sul-americano em 1919, despertando ainda

mais o entusiasmo do público, que pagava ingressos para torcer por seus novos ídolos (Proni, 2000, p. 107). Seria uma manifestação de que o futebol estava se encaminhando para sua profissionalização.

Contudo, a profissão de jogador de futebol ainda não era regulamentada. Trata-se de um processo que envolveu questões no âmbito social e político, que resultou na ampliação da atividade esportiva no Brasil (Proni, 2000, p. 108). É nesse contexto que a equipe do Vasco se envolve num dos momentos mais significativo do embate entre amadorismo e profissionalismo. Com uma equipe de jogadores majoritariamente composta por operários, negros e mestiços. O clube conquistou seu primeiro título carioca no campeonato de 1923, provocando uma insatisfação nos clubes da elite, que numa atitude radical abandonaram a Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMTDT), para criar a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA), deixando de fora o Clube vascaíno (Magalhães, 2010, p. 20-21). Mário Rodrigues Filho (2003, p. 128) se encarrega de explicar a ascensão do time do Vasco:

[...] os clubes finos da sociedade, como se dizia, estavam diante de um fato consumado. Não se ganharia campeonato só com times de brancos. Um time de brancos, mulatos e pretos era o campeão da cidade. Contra esse time os times de brancos não tinham podido fazer nada. Desaparecera a vantagem de ser de boa família, de ser estudante, de ser branco. O rapaz de boa família, o estudante, o branco, tinha de competir em igualdade de condições, com o pé-rapado, quase analfabeto, o mulato e o preto, para ver quem jogava melhor. Era uma grande revolução que se operava no futebol brasileiro. Restava saber qual seria a reação dos grandes clubes.

Diante disso, Proni relata que a AMEA criou uma comissão para fiscalizar a vida profissional e social dos jogadores que faziam parte da associação. Nisso, a equipe do Vasco que havia se candidatado para competir no campeonato, teve sua inscrição recusada porque doze jogadores não cumpriam as exigências do estatuto da nova associação, culminando no desligamento do time vascaíno da AMEA (2000, p. 109). A saída do Vasco do campeonato de 1924, provocou na população o desinteresse pela competição entre clubes só de jogadores brancos, preferindo acompanhar os jogos da liga extra oficial, da qual o time do Vasco fazia parte (Helal, 2007). Este episódio trava o início da crise no futebol amador no Brasil.

Vale enfatizar que a transição do futebol amador para o profissional foi influenciada por diversos fatores. Dentre eles, Magalhães destaca o papel do torcedor no processo de

democratização e profissionalização do esporte. A autora coloca a torcida como um dos fatores importantes neste processo, a partir do momento em que se dispõe a pagar ingressos para acompanhar as partidas, e pressiona os dirigentes dos clubes a contratar os melhores jogadores, independentemente de sua classe social (2010, p. 21). Outro fator mencionado por Magalhães, refere-se a ida de jogadores brasileiros para países onde a profissionalização já havia sido oficializada, como é o caso da Argentina em 1931, e o Uruguai em 1932. O êxodo de atletas para clubes internacionais pressionou os clubes brasileiros, que eram contrários a profissionalização, a levarem em consideração o fim do amadorismo. Dessa forma, percebe-se que a profissionalização se deu mais por questões econômicas do que ideológicas (Magalhaes, 2010, p.24).

Por fim, não podemos deixar de discutir o contexto no qual a profissionalização do futebol foi debatida no Brasil. Na década de 1930, o país passava por um momento de transição política, saindo da República Velha para a Era Vargas de 1930 a 1945 (Magalhães, 2010). Neste período o Brasil era submetido a um conjunto de mudanças nos setores econômico, cultural e social (Santos, 2013). É nesse contexto, que as discussões acerca da profissionalização do futebol se intensificam, quando Getúlio Vargas inclui os jogadores na pauta das profissões que deveriam ser regulamentadas a partir de 1931, direcionando o esporte ao formato profissional (Caldas, 1994, p.45).

A estratégia de Vargas era, por meio da profissionalização de jogadores brasileiros, conseguir apoio dos atletas com intuito de ampliar a base social do seu governo, isso fazia parte do processo de criar uma falsa democracia racial no país, a fim de limitar o poder das oligarquias (Magalhães, 2010, p. 23-24). Isto é, ao passo em que o governo ia se instaurando, ia crescendo também sua interferência em todas as camadas da sociedade, passando a usar o rádio, a música e o futebol como instrumento a serviço da política e ideologia estatal. Dessa forma, o futebol passa a ser visto como um elemento imprescindível na construção da identidade brasileira (Santos, 2013).

Retornando a discussão da profissionalização do futebol, Livia Goncalves Magalhães (2010), ressalta que de fato foi concretizada em 1933, ainda envolvida em alguns embates políticos. A Liga Carioca de Futebol (LCF), fundada pelos clubes cariocas, que eram a favor da profissionalização, se envolveu em disputas políticas pelo futebol do Rio de Janeiro com a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA). A Associação Paulista de Esporte Atléticos (APEA) aliou-se a LCF e juntas criaram a “Divisão Especial de Profissionais”. Em contrapartida, a Confederação

Brasileira de Desportos (CDB - entidade que controlava o futebol no Brasil) mantinha resistência em aceitar a profissionalização do futebol, e agora não reconhecia as duas ligas, APEA e LCF como entidades oficiais (Magalhães, 2010, p. 24-25).

A partir daí, as duas ligas Estaduais formaram a Federação Brasileira de Futebol (FBF) com intuito de representar as principais equipes brasileiras. É neste cenário que surge outras discordâncias em relação a seleção que representaria o país na Copa da Itália de 1934. ACBD, numa atitude contrária a profissionalização, escalou apenas esportistas amadores para a Copa de 1934, ocasionando um boicote por parte da APEA, LCF e FBF, que resolveram não apoiar a seleção escalada pela CBD. Consequentemente, a seleção brasileira perde o campeonato. O reconhecimento do profissionalismo por parte da CBD se concretiza em 1937, quando a confederação se une a FBF, marcando este período como o “ano da pacificação do futebol brasileiro” (Proni, 2000, 114; Magalhães, 2010, p. 25).

Referente ao uso da prática do futebol para a construção de identidade nacional, mencionada anteriormente neste capítulo, por Santos (2013), o capítulo seguinte se encarregará de realizar uma abordagem mais ampla sobre esta questão.

Capítulo III

O futebol na construção da identidade do brasileiro

Neste capítulo, pretende-se analisar a maneira como o futebol contribuiu para a construção identitária do povo brasileiro. A princípio, Decca (2002, p. 08) declara que “a identidade de um grupo se forma normalmente por sinais externos e por um conjunto de símbolos ou valores que promovem uma identificação”. Neste sentido, o futebol se encaixa perfeitamente ao conceito de Edgar de Decca, já que através dele há uma identificação entre os brasileiros, independentemente de sua classe social.

Para entendermos de forma mais ampla a construção de identidade do brasileiro, sob a perspectiva do futebol, é preciso analisar os principais acontecimentos a partir da década de 1930, nos quais o esporte esteve presente. Santos (2015, p. 41) menciona que essa década foi marcada por diversas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no Brasil. No que diz respeito ao âmbito cultural, Drumond (2009, p 213-214), complementa:

No que se refere à cultura, esse período marcou a promoção do samba e do futebol como elementos fundamentais para uma nova definição da identidade nacional. O samba, nascido junto às camadas populares, conquistava as elites; o futebol, que havia sido um esporte aristocrático em sua chegada ao país, tornara-se uma das maiores paixões das camadas populares. Ambos, no entanto, foram elevados a símbolos do que era ser brasileiro. Foi justamente essa proximidade do povo e sua identificação com a nação que aproximou o esporte ao projeto Vargasista. No novo governo, a construção da pátria e de um novo ideal de nacionalidade brasileira era o cerne do plano oficial para a cultura nacional.

Ao assumir o governo em 1930, o então presidente Getúlio Vargas, propôs um “Programa de Reconstrução Nacional”, que continha dezessete medidas com finalidade de garantir a implementação de suas ideias políticas. Entre elas, destaca-se a proposta de regulamentação da profissão de jogador de futebol (Kupper, 2022, p. 170). A princípio, o governo se aliou à prática futebolística com o discurso de incentivo e suporte a sua profissionalização (Silva, 2004, p. 69), no entanto, Franco Junior apresenta outra explicação para a aproximação do governo varguista com o futebol. Para ele, Vargas teria percebido a relevância do esporte quando o time brasileiro venceu o torneio no Uruguai em 1932 e foram recepcionados como verdadeiros heróis pela população. A partir daí,

notou-se que o futebol tinha o poder de mobilizar as massas, o que poderia ser útil para o projeto de nacionalidade de Getúlio Vargas (Franco, 2007, p. 78).

Neste caso, Velloso (2003), menciona que o Estado Novo conduziria o país no processo de renovação nacional, o que justificaria as intervenções do Estado na organização social, se intitulando como o “salvador” da identidade nacional (2003, p. 175). A autora enfatiza que os ideólogos do Estado Novo afirmavam que suas ideias não se limitavam apenas ao âmbito político, mas também na esfera cultural, já que se propunha uma renovação nacional a partir de elementos culturais presentes na coletividade (Velloso, 2003, p. 171).

Diante disso, o Estado com o pretexto de valorizar as manifestações mais populares da época, como o samba, o carnaval e o próprio futebol, passou a atuar fortemente no âmbito cultura, com o objetivo de criar uma nova identidade nacional (Lima, 2022, p. 22). Esses elementos foram fortemente explorados pelo governo federal como manifestações que deveriam estar a “serviço da pátria” (Matos, 1982). É importante destacar que os interesses do governo consistiam em disseminar a noção de cultura a partir de seu próprio entendimento, levando em consideração os elementos culturais que pudessem autenticar as políticas do governo de Vargas. Dessa forma, todos os canais de comunicação como o rádio, o cinema, o teatro, revistas e jornais deveriam estar em concordância com os princípios do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) (Silva, 2004, p. 86).

Inclusive, Kupper (2018, p. 229), destaca a figura da imprensa como um dos principais colaboradores na missão nacionalista de Getúlio Vargas. Foi através dos periódicos que a ideologia do governo varguista foi divulgada.

[...] Getúlio Vargas, então chefe do Estado Novo, toma algumas iniciativas paradigmáticas. Dando prosseguimento a um projeto de propaganda governamental mais nitidamente conformado pela criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), define uma das prioridades do órgão: a publicação de um periódico que teria como objetivo básico divulgar a proposta política do novo regime. A revista *Cultura Política*, cujo primeiro número circulou em março de 1941, seria, no dizer de seu diretor, Almir Bonfim de Andrade, “um espelho do Brasil” em tempo de renovação. (Gomes, 1999, p. 15-16).

É importante mencionar que os periódicos entre as décadas de 1930 e 1950 estavam sob a vigência do Estado Novo e que todas as matérias, não importando a temática, eram

submetidas a revisão do DIP para que pudesse ser aprovada sua publicação ou não, caso não estivesse seguindo os princípios do governo (Silva, 2004, p. 57).

Outro ponto importante abordado por Getúlio Vargas em seu governo refere-se ao sentimento de unidade nacional. A derrota da seleção brasileira na Copa de 1930, comprovou a falta de unidade referida pelo presidente Vargas, quando as desavenças entre as instituições do futebol APEA e CBD impossibilitaram a participação de jogadores paulistas na primeira Copa Mundial. Na Copa de 1934, novamente as discussões acerca da convocação de jogadores amadores e profissionais, envolvendo a FBF e a CBD levaram à formação de um time somente com jogadores amadores, resultando num desempenho negativo da seleção brasileira. O cenário muda na Copa de 1938, quando o governo, em parceria com a sociedade e a imprensa esportiva, elabora um programa intensivo de treinamento físico pela Escola de Educação Física do Exército para os jogadores selecionados (Kupper, 2018, p. 218-230).

Diante de todo esse entusiasmo ao redor do futebol, percebe-se que ele possui um forte significado para a sociedade, quando uma vitória da seleção brasileira era comparada a uma vitória da nação (Silva, 2004, 199). Prova disso, foi a grande movimentação da população e do governo para a participação da seleção brasileira na Copa de 1938, constatando, na visão de Negreiros (1997), a ideia de que identidade nacional.

Simbolicamente, reforçou-se a ideia de que aquela não era uma simples disputa esportiva e, sim mais uma provação com intuito de mostrar a força do Brasil, do seu povo, a partir do futebol. De diversas maneiras, com a forte colaboração da crônica esportiva foi responsabilizado pelo desempenho dos atletas do Brasil. Esse momento de afirmação da nacionalidade foi um sucesso, apesar da derrota para a seleção Italiana. Enfim o destino do país encontra-se nos pés de um time de futebol, como nas mãos de cada brasileiro. Enfim, o futebol reforçou a ideia que mostravam a necessidade da construção nacional (Negreiros, 1997, p. 215).

Tamanho era o apreço dos brasileiros pelo futebol, que o presidente Getúlio Vargas, declarou que a derrota do time brasileiro pra a Itália causou grande decepção e tristeza no público, como se tratasse de uma desgraça nacional (Vargas, 1995, p. 140). Ainda assim, a seleção brasileira é recepcionada como verdadeiros heróis pela população brasileira, criando um sentimento de orgulho nacional (Rinaldi, 2000, p. 170). Dessa forma, o futebol seria o meio pelo qual o sentimento de unidade nacional seria construído. Uma vez que este se faz presente entre brancos, negros, pobres e ricos, homens e mulheres (Silva, 2004, p. 128).

Vale ressaltar, de acordo com Lima (2022), que a imprensa esportiva contribuiu de forma significativa na criação do sentido de unidade ao Brasil, através de suas matérias durante a Copa do mundo de 1938.

Todo o Brasil, esportivo ou não, estará com sua atenção concentrada, amanhã, na estreia dos brasileiros na III 'Taça do Mundo'. Jamais a alma do povo brasileiro vibrou tanto em torno da campanha de uma representação nacional numa competição esportiva no estrangeiro, e a ansiedade é plenamente justificável, pois pela primeira vez nos empenhamos seriamente em rumar para o outro lado do Atlântico perfeitamente organizados e contando com o apoio moral e material de toda a nação. (...) (A gazeta, 1938, p. 11)

Diante disto, nota-se que a imprensa através das notícias esportivas foi responsável por incitar nos torcedores um sentimento de “paixão” e envolvimento ainda maior com o futebol (Negreiros, 1997).

A fim de garantir ainda mais legitimidade ao seu projeto de reconstrução da identidade nacional através do futebol, o governo federal passou a implementar uma série de ações para elevar ainda mais a prática futebolística como esporte nacional no Brasil. Entre elas, o incentivo a construções de estádios que tinham o propósito de induzir os brasileiros às representações oficiais, à integração nacional e ao sentimento patriótico (Kupper, 2018, p. 230). Inclusive, os estádios foram palcos de diversas apresentações musicais e de discursos realizados por Getúlio Vargas (Contier, 1988; Murray, 1979).

Relacionado ainda a função dos estádios, Maria Helena (1998) menciona que os eventos esportivos realizados nos estádios de futebol reuniam torcedores de diversas classes sociais, sendo um ambiente propício para a exposição de símbolos que representavam a pátria, com o objetivo de associar a paixão futebolística ao “amor à pátria” (Capelato, 1998, p. 47-61).

Antes do grande match internacional de domingo, no estádio de São Januário [do Vasco da Gama], haverá uma cerimônia que deverá causar grande efeito: pela primeira vez será cumprida, em nossos campos, com todo o rigor, a determinação da lei, com relação ao Hino Nacional. Momentos antes de ter início o match entre o Vasco e o Atalanta [clube italiano], uma banda de música executará o Hino do Brasil, que será entoado pelos 8000 associados do Vasco da Gama. Concluída esta cerimônia, será dada uma salva de 21 tiros, sendo, nessa ocasião, hasteada, no mastro monstro, pelo sr. Pedro Novais, a bandeira do Brasil. Entre os sócios do Vasco, serão distribuídos impressos da letra do hino brasileiro, a fim de que todos o entoam com a necessária correção. (Jornal “A Noite”, 1937)

Para entendermos a construção de identidade do brasileiro, por meio do futebol, precisamos voltar nossa atenção a formação da sociedade brasileira a partir do processo de miscigenação. Alguns teóricos do século XX, reputaram a miscigenação como uma característica fundamental da formação do povo brasileiro (Holanda, 1988; Freyre, 2001). Outros, especificamente o médico Raymundo Nina Rodrigues, entendia a miscigenação como uma característica negativa na sociedade brasileira.

Para ele “a Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestes serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (Chiavenato, 1986, p. 171).

Por outro lado, o debate sobre a miscigenação passa a fazer parte do pensamento de Gilberto Freyre, apesar de ser tido, por um certo período, como um obstáculo ao progresso e motivo de vergonha para o Brasil (Skidmore, 1994). Porém, em discordância a esta ideia, o sociólogo destaca a positividade da mestiçagem na população e discorda da crença de que esta e o negro impediriam o desenvolvimento do país (Azevedo, 2008; Soares, 2003). Freyre, em sua abordagem relaciona o futebol com a miscigenação, afirmando que os resultados da Seleção de 1938 eram sinais do potencial da “civilização mestiça”. Dessa forma, era impossível desconsiderar o afro-brasileiro ou outra etnia na formação da nação (Negreiros, 1998).

Gilberto Freyre via o desempenho dos jogadores brasileiros como uma maneira de corroborar com sua visão teórica e ideológica sobre os efeitos positivos da mestiçagem. Inclusive, ousa dizer que o sucesso do time brasileiro na Copa de 1938 na França, deve-se à presença de jogadores mestiços e negros, que possuíam um estilo de jogar diferente dos europeus. Esse estilo próprio de jogar do brasileiro, na perspectiva de Freyre, foi apreendido através do contato com a dança africana introduzida culturalmente em nossa sociedade (Soares, 2003, p. 151).

DaMatta (1982, P. 28) complementa:

É sabido no Brasil que o futebol nativo tem no jogo de cintura; ou seja, malícia e malandragem, elementos inexistentes no futebol estrangeiro, sobretudo europeu, um futebol fundado na força física, capacidade muscular, falta de improvisação e de controle individual de bola dos jogadores. Em contraste com o futebol brasileiro, que existe essa improvisação e “jogo de cintura”, o futebol na Europa surge como uma variante “quadrada” e autoritária da prática do mesmo esporte.(...) Na malandragem, como no “jogo de cintura”, estamos

nos referindo a um modo de defesa autenticamente brasileiro, que consiste em deixar a força adversa passar, (...)Em vez de enfrentar o adversário de frente, diretamente, é sempre preferível livrar-se dele com um bom movimento de corpo, enganando de modo inapelável. O bom jogador de futebol e o político sagaz sabem que a regra de ouro do universo social brasileiro consiste precisamente em saber sair-se bem.

Lívia Barbosa (1992) também deixa sua contribuição ao relacionar o estilo de jogar do brasileiro com a experiência social de cada indivíduo. Para a autora, o jeito como os jogadores brasileiros jogam é comparado à capacidade de resolver problemas por meio de uma boa conversa e jogo de cintura. Isto é, o jeitinho brasileiro representaria uma estratégia de sobrevivência social na vida dos jogadores fora dos campos.

Outro fato que não pode ser ignorado é a convocação de jogadores negros, mestiços e brancos, para compor o time brasileiro para a Copa de 1938. Essa formação “misturada” da equipe brasileira se encaixou perfeitamente aos ideais defendidos por Gilberto Freyre acerca da existência de uma harmonia social no país (Santos, 2015, p. 47). É inquestionável que num contexto caracterizado pela discriminação e preconceito, o futebol promoveu a ascensão do negro, do pobre e do mestiço aos diferentes espaços sociais. Dos diversos jogadores que alcançaram o sucesso no futebol e tornaram-se ídolos do esporte eram negros e pobres, isso promoveu uma identificação das massas populares com o futebol (Filho, 1964).

Entretando, não se pode assegurar com total certeza as afirmações de Freyre quanto a existência de uma democracia racial no Brasil. Mas, de fato suas observações são relevantes para entender como o futebol, proporcionou certa igualdade entre negros e brancos (Silva, 2004). Gordon Júnior reconhece a importância da obra de Gilberto Freyre, mas faz algumas observações:

A constatação dessa lenta mudança, no entanto, não pode ser confundida com a ideia de plena "democracia racial" ou com ilusão de que por intermédio do futebol pusemos fim ao racismo. O livro de Mário Filho nos apresenta fatos que constituem um processo de democratização das relações raciais dentro da sociedade brasileira, no qual o futebol exerceu um papel de grande importância. Mas um processo que, não custa repetir, está longe de seu término (Gordon Júnior, 1995, p.74).

No que diz respeito à figura do negro no futebol, é perceptível que estes foram os responsáveis por elevar o esporte aos holofotes. Mario Filho (1964) menciona que até a década de 1950, os negros eram os atletas mais famosos do país. Destacando Arthur

Friedenriech, Domingos da Guia, Leônidas da Silva, Pelé e Garrincha. A boa performance da seleção brasileira em campo era tão potente que o Brasil passou a ser homenageado como o “país do futebol” (Silva, 2004). Além disso, a presença de jogadores negros na seleção brasileira era uma representação dessa classe social. E muito destes eram tidos como “heróis nacionais”. Sobre isso, Carvalho (1990) diz que herói que se preze tem que ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Dessa forma, os negros e mestiços sentiam-se representados por estes jogadores.

Há de se destacar a figura do jogador codoense Fausto de Santos, filho de José de Deus Belfort e Maria José de Jesus, nascido no povoado Eira em 28 de janeiro de 1905. Fausto deu início sua carreira no futebol como meia-direita do Esporte Clube Bangu, chamando atenção do Clube Vascaíno pelo seu bom desempenho em campo, assumindo a posição de centroavante do time. A consagração de Fausto de Santos se deu a partir de sua participação na Copa de 1930, sendo o primeiro jogador negro a integrar a Seleção Brasileira na cidade Copa. Tronando-se reconhecido pelos uruguaios como “Maravilha Negra” (Enciclopédia do Maranhão – Codó, 2000).

Em sua trajetória, Fausto jogou pelo Barcelona da Espanha e pelo time uruaio Montevideú. Apesar de ter sido um grande craque em campo e possuir características de herói nacional. Por algum motivo, Fausto de Santos não é tido como um dos mitos do futebol brasileiro, como acontece com Leônidas e Domingos, que são craques na memória. Enquanto Fausto, parece ter tido sua trajetória apagada pelo tempo (Coutinho, 2014).

Outro momento crucial na formação da identidade nacional, refere-se à realização da IV Copa Mundial sediada no Brasil no período pós segunda guerra. É incontestável que a Copa 1950 projetaria o Brasil como um modelo de país brilhante, criativo, genial e promissor no exterior (Moura apud Santos, 2005). Isto é, o governo nacional via a Copa da 1950, como uma vitrine mundial, onde o Brasil seria vendido como um país vencedor para o mundo inteiro (Azevedo, 2008). A partir daí, o governo da capital federal na pessoa do então prefeito Ângelo Mendes de Moraes, autorizou a construção de um estádio digno do evento em 14 de novembro de 1947 (Perdigão, 1986, p. 45).

A construção do Maracanã marca um período importantíssimo do futebol brasileiro. Souto (2002) menciona que os demais países já possuíam estádios grandiosos que serviam

não apenas para os campeonatos de futebol, mas também para a realização de eventos cívicos importantes para a sociedade. Neste caso, a construção de um estádio monumental garantiria ao Brasil um espaço onde eventos nacionais e internacionais pudessem ser realizados dignamente. Vale ressaltar, que havia outros estádios espalhados pelo país como o Pacaembu em São Paulo e o estádio do Vasco da Gama, São Januário localizado na capital federal daquele período. Entretanto, faltava-lhes aquilo que se define como o “monumento esportivo nacional”.

Neste sentido, o estádio do Maracanã viria preencher um espaço que os estádios acima não puderam ocupar, levando em consideração o contexto daquele momento que era a realização da Copa Mundial no Brasil (Silva, 2004). Perdigão (1947, p. 46) complementa dizendo que “não é somente o maior estádio, mas acima de tudo o mais belo (...) espécie de panteão para ungir a glória dos heróis nacionais”. Ao ver de Silva (2015), a construção do Maracanã tinha o poder de despertar ainda mais o sentimento de nacionalidade. Assim como a Copa tinha o poder de reforçar a ideia de pertencimento à pátria, uma vez que a seleção de onze jogadores tinha a força de representar milhões de brasileiros em campo (Hobsbawm, 1990).

Por fim, nota-se que o futebol esteve presente em todos os processos na formação da sociedade brasileira, desde prática esportiva entre as massas populares como ferramenta de legitimação do governo federal. É indiscutível que a prática futebolística tenha feito relevantes contribuições na construção da identidade brasileira, fazendo o país ser conhecido mundialmente como o “país do futebol”.

Considerações finais

Partindo da ideia central de analisar o futebol como patrimônio cultural nacional do Brasil, este trabalho ocupou-se em uma série de análises para compreender de forma mais abrangente sobre o tema proposto. Em primeiro momento, foi realizada uma abordagem acerca da trajetória do patrimonial no Brasil, analisando os diversos conceitos de patrimônio apresentados por alguns teóricos que estudam o assunto em questão.

Em segundo plano, foi explanada a história do futebol, desde a sua gênese na antiguidade, quando já se ouvia falar sobre alguns esportes semelhantes ao futebol moderno como o Kemari no Japão, o Tsu-chu na China, o Epyskiros na Grécia e Harpastum em Roma, até a sua regulamentação e profissionalização na Inglaterra. Já no cenário brasileiro, foi tratada a chegada do futebol e expansão por todo o país, constatando-se sua popularização entre as diversas camadas sociais, principalmente entre a classe operaria.

Partindo desta premissa, a pesquisa se dispôs a buscar explicações sobre a construção da identidade brasileira a partir da década de 30, quando o governo provisório de Getúlio Vargas lançou seu projeto de reconstrução da identidade nacional. Foi neste contexto que o Estado usou o futebol como elo entre seus interesses e os das massas populares, a fim de colocar em prática suas ideologias. Dessa forma, o futebol passou a ser visto como elemento de união entre o Estado e a população devido sua força e popularidade no país. Além disso, via-se no futebol a representação do que era ser brasileiro, levando em consideração alguns aspectos relevantes na construção de identidade nacional como a presença e sucesso dos negros no esporte, o “jeitinho” de jogar brasileiro, visto como uma característica marcante de um país miscigenado.

REFERÊNCIAS

“A Gazeta”, São Paulo, 04/06/1938, p. 11. Apud Plínio José Labriola Negreiros. *O Futebol e a Identidade Nacional: o caso da Copa de 1938*. Lecturas: Educación Física y deportes, año 3, N° 10. Buenos Aires. Mayo, 1998.

A História de Codó. **Enciclopédia do Maranhão** - Codó, Ano VI, N° 49, Ano 2000.

ANDRADE, Mário. Mário de Andrade: **Cartas de trabalho** - correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: Sphan/Pró Memória, 1981. (Série Publicações da Sphan, n° 33).

ANDRADE, M. D. **Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**. In: _____ Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1980.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **O futebol nas fabricas**. Revista USP, n° 22, p. 102-109, 1994.

AQUINO, R. S. L. **Futebol, uma paixão nacional**. Jorge Zahar Editor Ltda. 2002.

ARAÚJO, José Renato de Campos. **Imigração e futebol: O caso Palestra Itália**. 2006.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. **Do patrimônio cultural e seus significados**. *Transinformação*, v. 16, p. 111-122, 2004.

AZEVEDO, José Petrúcio Rodrigues de. **Futebol e Identidade Nacional**. 2008.

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORSARI, J. R. **Futebol de campo**. São Paulo: EPU, 1989.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 25 de 30 de novembro de 1937**. Brasil, 1937.

BRITO HENRIQUES, E. **Cultura e Território, das Políticas às Intervenções**. Estudo Geográfico do Patrimônio Histórico-arquitetônico e da sua Salvaguarda. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

CALDAS, Waldenyr. **Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro**. Revista USP, n 22. p. 40-49, 1994.

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave bem).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998

CARVALHO, J. E. (2013). **150 ano de futebol**. O Estado de S. Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CBF – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Disponível em: <http://www.cbf.com.br>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

CHIVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. 3 ed. Brasiliense: São Paulo: 1986.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. **Patrimônio e mundialização**. Coimbra: Licorne/Chaia, 2005.]

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio, nº 34, 2012. Rio de Janeiro: IPHAN.

CONSTITUIÇÃO DE 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em agosto de 2024.

CONTIER, Arnaldo Dayara. **Brasil novo: Música, nação e modernidade: os anos 20 e 30**. São Paulo:USP/Tese de livre docência.,1988.

CORREA JUNIOR, R. A. **No País do Futebol: As Implicações do Avanço do Capitalismo no Brasil e sua Influência no Esporte mais Popular do Planeta**. Rio de Janeiro: Tese de Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

COUTINHO, Renato Soares. “**A Tragédia de Fausto: a Biografia de uma Maravilha Esquecida.**” 2016.

DANTAS, M. G. S., & BOENTE, D. R. (2012). **A utilização da análise envoltória de dados na medição de eficiência dos clubes brasileiros de futebol.** Contabilidade Vista & Revista, 23(4), 101-130

DAMATTA, Roberto 1982 “Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro”, in DaMatta, Roberto (org.) Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira (Rio de Janeiro: Pinakotheke).

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida operária fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECRETO-LEI N. 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Artigo 1º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: maio 2024

DIAS, D. S. **Futebol Total.** Juiz de Fora: [s.n.], 1980.

DRUMOND, Mauricio. “**O esporte como política de Estado: Vargas**”. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009

DUARTE, Marcelo. **O guia dos curiosos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. O Futebol. In: Enciclopédia Mirador Universal. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, p. 5030-5060, 1987.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FIFA – INTERNATIONAL FEDERATION OF FOOTBALL ASSOCIATION. Disponível em: <http://www.fifa.com>. Acesso em 10 agosto de 2024.

FERREIRA, F. C. **Futebol de classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX.** Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 10 - Nº 90 - novembro de 2005. Acesso em: 26 set. 2015.

FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro.** 4ª edição. Rio de Janeiro. Maud. 2003

FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade**. São Paulo. Companhia das letras. 2007

FRANZINI, F. **A futura paixão nacional: chega o futebol**. In: PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUENZALIDA, Maria Paz Josetti. **A trajetória do patrimônio cultural imaterial: política de proteção e formação de um discurso / Maria Paz Josetti Fuenzalida; orientadora Mariza Veloso Motta Santos**. -- Brasília, 2018.

FUNARI, Pedro Paulo; Pelegrini, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GETÚLIO VARGAS, *Diário*, Rio de Janeiro: FGV, 1995. V.2.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GODOI, Ivan; CARDOSO, Gilberto. **Futebol: paixão de um povo**. EDUCS, 1989.

GORDON JR., C. 1995 “História social dos negros no futebol brasileiro”, in *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol* (Rio de Janeiro: Dep. Cultural, UERJ) N° 2.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

HELAL, R.; Soares, A.; Lovisoló, H. **A Invenção do País do Futebol: Mídia, Raça e Idolatria**. Rio de Janeiro. Mauad. 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

Jornal "A Noite". **Oito mil vozes entoarão o Hino Nacional**, 19-02-37.

KUPPER, Agnaldo. O futebol com atividade mediadora nas relações de trabalho: Quem usou quem? **Esporte e Sociedade**, n. 37, 2023.

KUPPER, Agnaldo. **O futebol brasileiro como instrumento de identidade**. *Mnemosine*, v. 14, n. 2, 2018.

KUPPER, Agnaldo. **À procura da Identidade Nacional, o futebol é absorvido como política de Estado (1930-1945)**. *Caminhos da História*, v. 27, n. 1, 2022

LEVER, Janet. **A loucura do futebol**. Rio de Janeiro. Record, 1993.

LIMA, Paulo Vitor Cavalcante de Lucena. **O uso político do futebol na Ditadura Vargasista (1930-1945) e pela Ditadura Militar (1964-1985)**. 2022.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Histórias do futebol** / Livia Gonçalves Magalhães. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010. 192 p.: il. (Coleção Ensino & Memória, 1)

MATOS, Cláudia. **Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Monica Pimenta Velloso. "Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo". In: Lucília de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacionalstatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAIS, J. V.; BARRETO, T. V. **A REGRA DO IMPEDIMENTO E A DINÂMICA DO FUTEBOL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SOCIOLOGIA FIGURACIONAL**. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, 11., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 409-422.

MOURA, V. H. **A Evolução do Futebol Através da Ciência e da Tecnologia**. In: INTERCOM, 1997

MURAD, Maurício. 1994. "**Corpo, magia e alienação - O negro, w futebol brasileiro: por uma interpretação sociológica do corpo como representação social**", *Pesquisa de Campo/Revista do NúclM de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Ueri, Departamento CulturaVSR-3, n. O, p. 71-78.

MURRAY, Bill. **Uma história do futebol**. São Paulo: Hedra, 2000. ESTADELLA, Antônio Franco. *Esporte e sociedade*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

MURPHY, P., et al. **O futebol no banco dos réus**. Oeiras: Celta, 1994.

NEGREIROS, Plínio José L. de C. **Futebol e identidade nacional**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 1997. Ijuí. [Trabalhos...] Ijuí: Ed. da UNIJUI, 1997.

NEGREIROS, PLÍNIO J. L. C. 1998 “Construindo a nação: futebol nos anos trinta e quarenta”, en *Motus Corporis* (Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho) Vol. 1

NICOLAU, J. L. (2011). The decision to raise firm value through a sports-business exchange: How much are Real Madrid’s goals worth to its president’s company’s goals? *European Journal of Operational Research*, 215(1), 281-288.

NOGUEIRA, C. **Zeros a Direita: Marketing & Mídia no Esporte**. Rio de Janeiro. 2010.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Alex Fernandes. Origem do futebol na Inglaterra no Brasil. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 4, n. 13, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982

OLIVEIRA, Nizamar Aparecida; LOPES, Anderson Soares. **O futebol como patrimônio nacional cultural**. *Anuário da Produção Acadêmica Docente*, v. 5, n. 12, p. 105-118, 2012.

PAULA, Ana Conceição; FREITAS, Antônio Marcos Lemes; BORGES, Uider Ferreira. Centro de Estudos Octávio Dias de Oliveira Faculdade União de Goyazes – Curso de Educação Física. 2015.

PERDIGÃO, Paulo. **Anatomia de uma derrota**. São Paulo: L & PM, 1986.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*. **Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PINTO, Liliane Faria Correa. **Os desafios do patrimônio cultural brasileiro diante dos horizontes nacionais**. In: EUGENIO, Alisson. (org.). **Horizontes da Nação: Desafios brasileiros após 200 anos de independência**. Minas Gerais: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022.

POLI, G.; CARMONA, L. **Almanaque do futebol SPORTV**. Casa da Palavra, 2009.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A metamorfose do futebol**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2000.

RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Tradução Daniel Wieczorek. Paris: Seuil, 1984.

RINALDI, Wilson. **Futebol: manifestação cultural e ideologização**. Revista da Educação Física/UEM, v. 11 n. 1, p. 167-172, 2000.

RODRIGUES, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Mauad Editora Ltda, 2003.

SANTOS. H. L. S. **Ditadura militar e futebol: A origem do esporte e sua utilização como ferramenta para legitimar os governos autoritários no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Eliazar João da. **A seleção brasileira de futebol nos jogos da Copa do Mundo entre 1930 e 1958: o esporte como um dos símbolos da identidade nacional**. Assis, 2004. 335 p. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil visto de fora**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SOARES, Antônio Jorge G. **Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre**. 2003.

SANTOS, André Carazza. **A Copa do Mundo no Brasil (1950): Belo Horizonte e o ideal de cidade almejado para encantar os estrangeiros**. Lecturas: Educacion física y deportes, n 86, 2005.

SOUTO, Sérgio Monteiro. **O nascimento da paixão e a gênese da derrota**. XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05, setembro, 2002.

STÉDILE, M. E. **Clubes de Futebol Operário como Espaço de Autonomia e Dominação**. Espaço Plural, Rio Grande do Sul, Ano XIV, Nº 29 , 2013 , p. 15 - 44.

STORTI, Valmir e FONTENELLE, André. **A história do campeonato paulista**. São Paulo: Publifolha, 1997.

TEIXEIRA-DA-SILVA, Rafael Henrique; DA SILVA, Silvio Ricardo. FUTEBOL: PERSPECTIVAS DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL EM SUSPENSO. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 7, n. 3, p. 86-104, 2020.

TOLEDO, Luiz Henrique de. (2002), **Lógicas no Futebol**. São Paulo, Hucitec/Fapesp.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix-Revista de História e Estudos Culturais, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

UNZELTE, C. **O Livro de Ouro do Futebol**. São Paulo: Ediouro, 2002.

VOSE, Rogério da Cunha; GUIMARÃES, Marcos Giovanni Vieira; RIBEIRO, Everton Rodrigues. **Futebol: história, técnica e treino de goleiro**. Edipucrs, 2010.

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD->

[95YS3X/1/monumentos_mem_ria_e_cidade___estudo_de_caso_em_belo_horizonte___eduardo__henrique_de_paula_cruvinel.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-95YS3X/1/monumentos_mem_ria_e_cidade___estudo_de_caso_em_belo_horizonte___eduardo__henrique_de_paula_cruvinel.pdf).